quina, e bem assim os relatórios e mais peças escritas que sejam feitas no Ministério.

Art. 51.º De toda a correspondência que haja de ser expedida do Ministério, relatórios e mais peças escritas, se tirarão, pelo menos, duas cópias, uma das quais será enviada ao seu destino, ficando a outra arquivada no processo a que pertencer.

Art. 52.º Poderão os directores gerais corresponder-se telegráficamente sobre assuntos oficiais com todas as autoridades, podendo fazê-lo em qualquer localidade onde se encontrem.

Art. 53.º Nas repartições e suas dependências não podem estar senão os respectivos empregados; ninguém poderá ali entrar sem licença do respectivo director geral.

Art. 54.º Tem direito a passagem, quando seja em serviço, o Ministro e pessoal do seu gabinete, e bem assim o pessoal do Ministério ou dele dependente, quando em serviço do Ministério, nos termos das leis e regulamentos em vigor. As guias de transporte em caminho de ferro serão passadas pela Secretaria Geral.

Art. 55.º Todos os empregados do Ministério da Instrução Pública deverão sempre considerar que é sua obrigação o atender o público com a maior solicitude e prontidão, devendo todos considerar que são eles que estão ao serviço do público e não este às ordens deles.

Art. 56.º O Ministério da Instrução Pública poderá contratar até dez dactilógrafas para os serviços da Secretaria Geral e das repartições do Ministério, com o vencimento anual de 500\$.

§ único. No caso de qualquer destes funcionários não cumprir, como é devido, com as suas obrigações, poderá o respectivo director geral propor ao Ministro a sua demissão pura e simples.

Art. 57.º A fim de ocorrer aos encargos resultantes do artigo anterior, é o Governo autorizado a abrir, sem dependência da lei de 29 de Abril de 1913, os créditos especiais necessários.

Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1919.—
O Ministro de Instrução Pública, *Leonardo José Coimbra*.

Inspecção das Escolas Móveis

Para os devidos efeitos e por ordem superior se rectifica o artigo 2.º do decreto n.º 5:336, publicado no *Diário do Governo* n.º 64:

Artigo 2.º O ensino nas escolas móveis versará, obrigatoriamente, sobre leitura, escrita, aritmética e sistema métrico, devendo o professor, sem prejuizo do objecto obrigatório do ensino, ministrar, por meio de palestra, rudimentos de geografia, história pátria e educação moral e cívica.

Secretaria Geral do Ministério de Instrução Pública, 18 de Maio de 1919.—O Secretário Geral, *Joaquim de Barros*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Direcção Geral da Assisténcia

1.ª Repartição

Decreto n.º 5:753

A instrução profissional na Casa Pia de Lisboa, criada pelo regulamento de 2 de Maio de 1904, e organizada sob a forma dum curso regular, por decreto de 4 de Novembro de 1911, não pôde obter ainda o quadro privativo da sua pessoal docente, pelo que só tem funcionado até agora sob a regência de professores destacados do ensino de instrução primária.

De conveniência é, pois, dar-se a devida unidade àquele curso, fixando-se o quadro dos respectivos professores e definindo-se as atribuições e direitos dos que nele ingressarem, a fim de se terminar com as injustiças e desigualdades existentes, sobretudo depois das equiparações de vencimentos concedidas ao restante professorado daquele estabelecimento.

E tanto mais que é hoje, como nunca, oportuno o momento para tal efeito, porquanto, restringida, como se encontra, a população da Casa Pia, e não havendo meio de a fazer voltar ao montante da sua antiga lotação — para o que seriam indispensáveis receitas quasi duplas das que ao presente se despendem — do que resulta a sufficiente disponibilidade de professores, recomendável, sobretudo, se torna a melhoria dos serviços de ensino harmónicamente com a tradição do estabelecimento, que é, não a dum simples asilo, mas a dum instituto de educação, que lhe permite habilitar integralmente para as lutas da vida e, de acôrdo com as suas aptidões, os menores indigentes colocados sob a sua tutela.

Nesta orientação, pois, as primeiras providências a adoptar devem ter como objectivo o ensino profissional, para o efeito de se prepararem operários com uma educação técnica sólida e especializada, base primeira de todo o desenvolvimento industrial, que por sua vez terá de constituir o assento fundamental do futuro incremento económico da Nação.

Assim, pois, e atendendo a que, pelas circunstâncias especiais acima apontadas, e que no presente momento ocorrem, de pouca monta é o acréscimo de despesas, que da reorganização destes serviços resultará, pois que ascende apenas a 905\$ anuais, encargo mínimo se considerarmos os positivos e frutuozos resultados que dele hão-de advir; atendendo a que o ensino profissional técnico tem de constituir o alicerce de todo o grande fomento económico nacional, e a que, ou por esta forma acudimos radicalmente à situação melindrosa em que neste ponto de vista nos encontramos, e paralelamente à situação, por igual melindrosíssima do Tesouro, ou graves dias se preparam para a vida da Nação; e

Considerando, por último, que generalizar e aperfeiçoar tal ensino, habilitando operários com uma sólida educação oficial, de forma a constituirlos como futuros e conscientes obreiros da grande reconstrução económica do país, é prestar à Pátria e à República o melhor e mais eficaz de todos os serviços;

O Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A instrução profissional, a que se refere a alínea e) do artigo 3.º do regulamento de 4 de Novembro de 1911, será ministrada nesse curso, que se denominará Curso Industrial ou de Artes e Offícios da Casa Pia de Lisboa, e compreenderá, além dos anos e disciplinas naquele diploma estabelecidos, mais um ano exclusivamente destinado à prática e ensino ocasional, na oficina, ano este em que os alunos vencerão salários, como se operários fôsem, salário regulado pelo rendimento do seu trabalho e que terá a applicação consignada no artigo 22.º do regulamento acima citado.

Art. 2.º O curso, de que trata o artigo antecedente, tem por fim a instrução e educação dos alunos que forem destinados a operários, e a seu cargo estará também o ensino de desenho aos alunos das classes de instrução primária e dos demais cursos professados na Casa Pia.

Art. 3.º Se fôr estabelecido na Casa Pia o curso de telegrafia sem fio, que se projecta abrir, de acôrdo com o Ministro da Guerra, esse curso fica anexo ao Curso Industrial ou de Artes e Offícios da Casa Pia de Lisboa, nos termos que oportunamente forem regulamentados, e